

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 166.305 - SP (2019/0163272-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : BANCO SAFRA S A
ADVOGADOS : JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA - PR021731
RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES - PR035979
NIDA SALEH HATOUM - PR069827
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL
DE SÃO PAULO - SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA - GO
INTERES. : TRANSBRASILIANA TRANSPORTES E TURISMO LTDA - EM
RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : GABRIEL LOPES TEIXEIRA - GO005397
RICARDO FELISBERTO - GO019671

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência, instaurado por **BANCO SAFRA S.A.**, apontando como suscitados o JUÍZO DE DIREITO DA 19.ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DE SÃO PAULO-SP, onde se processa a Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária movida contra a Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda., e o JUÍZO DE DIREITO DA 4.ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA-GO, onde tramita a recuperação judicial da (Processo n.º 0115033.97.2016.8.09.0051).

Alega que o Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Goiânia-GO deferiu o pedido de recuperação judicial das empresas Transbrasiliana Encomendas e Cargas Ltda., Transbrasiliana Transporte e Turismo Ltda., Rápido Marajó Ltda., Transbrasiliana Hotéis Ltda., Transbrasiliana Especiais e Fretamentos Ltda., Nasson-Tur Turismo Ltda. e Transportes Coletivos de Anápolis Ltda. Apesar disso, o juízo paulistano prosseguiu com atos constitutivos no âmbito da Ação de Busca e Apreensão n.º 1127604-93.2015.8.26.0100, invadindo, assim, a competência exclusiva do juízo recuperacional. Sustenta que "(...) (i) a manutenção da competência do r. Juízo da Recuperação Judicial para deliberar sobre atos constitutivos em demanda que perquire crédito extraconcursal, in casu, implica, necessariamente, no esvaziamento do instituto da extraconcursalidade; (ii) o transcurso do stay period e a homologação do Plano de Recuperação Judicial impõem o prosseguimento da Ação de Busca e Apreensão; (iii) a exceção da essencialidade não pode obstar o direito do Suscitante de não estar submetido aos efeitos da Recuperação Judicial, já que o r. Juízo da Recuperação Judicial e a Devedora (Terceira Interessada) não apontaram a essencialidade efetiva

(casuística) dos bens objeto da Ação de Busca e Apreensão; e (iv) a solução jurídica a ser criada no caso concreto deve levar em conta as suas repercussões econômicas, frente ao cenário de instabilidade criado no mercado financeiro com a sujeição reiterada de créditos extraconcursais à Recuperação Judicial." (fl. 4)

Pede, assim, em caráter **liminar**, "(...) sejam suspensos os efeitos da r. decisão proferida pelo r. Juízo da 4ª Vara Cível da Comarca de Goiânia (GO) nos autos de Recuperação Judicial n. 0115033.97.2016.8.09.0051, afastando-se as determinações de restituição dos bens apreendidos e de incidência da multa diária". **No mérito**, pede a declaração de competência do r. Juízo da 19ª Vara Cível do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP. (fls. 3-25)

O pedido liminar foi indeferido, por decisão da lavra deste signatário (fls. 451-452).

Prestadas as informações de praxe (fls. 465-467), o Ministério Público Federal opinou pela declaração da competência do Juízo recuperacional, em parecer assim sintetizado (fls. 462-464):

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. SUSPENSÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 6º, § 2º, E 47, AMBOS DA LEI 11.101/2005. PRECEDENTES DESSE STJ.

O Juízo universal é o competente para os atos que importem em constrição do patrimônio da empresa em processo de recuperação judicial, enquanto mantida essa condição. Homenagem ao princípio da preservação da empresa.

Parecer pelo conhecimento do conflito, para que seja declarada a competência do MM. Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Goiânia - GO.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, destaca-se a competência deste egrégio Tribunal para o conhecimento e processamento do presente conflito, pois apresenta controvérsia acerca da competência entre juízos vinculados a Tribunais diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, I, "d", da Constituição Federal.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos individuais promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei n.º 7.661/45 ou da Lei n.º 11.101/05, devem ser realizados pelo juízo universal, valendo conferir, nesse sentido, os seguintes

precedentes:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ - AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que é do juízo em que se processa a recuperação judicial a competência para promover os atos de execução do patrimônio da empresa, evitando-se, assim, que medidas expropriatórias possam prejudicar o cumprimento do plano de soerguimento. Precedentes da Segunda Seção.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no CC 144.740/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 21/09/2016)

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITOS TRABALHISTAS. PENHORA ANTERIOR.

1. Encontra-se pacificado na jurisprudência desta Corte o entendimento de que, deferido o pedido de recuperação judicial, as ações e execuções trabalhistas devem prosseguir no âmbito do juízo universal, mesmo nos casos de penhora anterior ou naqueles em que ultrapassado o prazo de suspensão de que trata o artigo 6º, § 4, da Lei 11.101/2005.

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no CC 146.036/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 20/09/2016)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMPRESARIAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. SUJEIÇÃO DOS ATOS EXPROPRIATÓRIOS AO CRIVO DO JUÍZO UNIVERSAL. PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA.

1. Apesar de a execução não se suspender em face do deferimento do pedido de recuperação judicial (art. 6º, § 7º, da Lei n.

11.105/2005, art. 187 do CTN e art. 29 da Lei n. 6.830/1980), submetem-se ao crivo do juízo universal os atos de alienação voltados contra o patrimônio social das sociedades empresárias em recuperação, em homenagem ao princípio da preservação da empresa.

2. Referido entendimento também se aplica na hipótese de a sociedade executada haver sido incorporada pela sociedade em recuperação, pois a sucessão de empresas por incorporação extingue a personalidade jurídica da incorporada, com a transmissão de direitos e obrigações à incorporadora.

3. Conflito de competência procedente, declarando-se competente o Juízo da recuperação.

(CC 135.703/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/05/2015, DJe 16/06/2015)

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. VASP. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLANO DE RECUPERAÇÃO

APROVADO E HOMOLOGADO. EXECUÇÃO TRABALHISTA. SUSPENSÃO POR 180 DIAS. ART. 6º, CAPUT E PARÁGRAFOS DA LEI 11.101/05. MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA. FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA. INCOMPATIBILIDADE ENTRE O CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E A MANUTENÇÃO DE EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. PRECEDENTE DO CASO VARIG - CC 61.272/RJ. CONFLITO PARCIALMENTE CONHECIDO.

1. A execução individual trabalhista e a recuperação judicial apresentam nítida incompatibilidade concreta, porque uma não pode ser executada sem prejuízo da outra.
2. A novel legislação busca a preservação da sociedade empresária e a manutenção da atividade econômica, em benefício da função social da empresa.
3. A aparente clareza do art. 6º, §§ 4º e 5º, da Lei 11.101/05 esconde uma questão de ordem prática: a incompatibilidade entre as várias execuções individuais e o cumprimento do plano de recuperação.
4. "A Lei nº 11.101, de 2005, não terá operacionalidade alguma se sua aplicação puder ser partilhada por juízes de direito e por juízes do trabalho." (CC 61.272/RJ, Segunda Seção, Rel. Min. Ari Pargendler, DJ de 25.06.07).
5. Conflito parcialmente conhecido para declarar a competência do Juízo da 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo." (CC n. 73.380/SP, relator Ministro Hélio Quaglia Barbosa, DJe de 21/11/2008.)

Deve-se ressaltar, ainda, que mesmo nos casos "*de créditos garantidos por alienação fiduciária*, compete ao juízo da recuperação judicial decidir acerca da essencialidade de determinado bem para fins de aplicação da ressalva prevista no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, na parte que não admite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial (CC 121.207/BA, Segunda Seção, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 13.3.2017)." (AgInt no CC 159.480/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/09/2019, DJe 30/09/2019 - grifamos).

No mesmo sentido: **AgInt no CC 166.443/MT**, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/09/2019, DJe 03/10/2019; **AgInt no CC 160.445/SP**, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 03/09/2019, DJe 11/09/2019; **AgInt no CC 160.264/PR**, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/05/2019, DJe 20/05/2019.

2. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único do CPC, c.c. Súmula n.º 568/STJ, **conheço** do conflito e declaro competente o JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL DE GOIÂNIA/GO, onde se processa a recuperação judicial da Transbrasiliana Transportes e Turismo Ltda. - Em Recuperação Judicial e Outras, para a

Superior Tribunal de Justiça

prática de quaisquer atos constitutivos/executórios sobre seu patrimônio, relativos à Ação de Busca e Apreensão n.º 1127604-93.2015.8.26.0100, ajuizada por Banco Safra S/A, em trâmite perante o o Juízo de Direito da 19.^a Vara Cível do Foro Central de São Paulo/SP, bem como para exercer o controle sobre bens e valores pertencentes às recuperandas, que eventualmente ainda permaneçam bloqueados/arrecadados nos referidos autos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator